

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFMG
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM DOCÊNCIA NA
EDUCAÇÃO BÁSICA**

Mônica Mainarte de Moura

**O REVÉS DA ÁRVORE DO ESQUECIMENTO:
A RELIGIOSIDADE AFRICANA REEXISTINDO NOS CORPOS E
MEMÓRIAS DOS JOVENS E ADULTOS**

Belo Horizonte

2010

Mônica Mainarte de Moura

**O REVÉS DA ÁRVORE DO ESQUECIMENTO:
A RELIGIOSIDADE AFRICANA REEXISTINDO NOS CORPOS E
MEMÓRIAS DOS JOVENS E ADULTOS**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em História da África e Cultura Afro-brasileira, pelo Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Docência na Educação Básica, da Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientadoras: Liliane dos Santos Jorge
Co-orientadora: Miriam L. S. Jorge

Belo Horizonte

2010

Mônica Mainarte de Moura

**O REVÉS DA ÁRVORE DO ESQUECIMENTO:
A RELIGIOSIDADE AFRICANA REEXISTINDO NOS CORPOS E
MEMÓRIAS DOS JOVENS E ADULTOS**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção de título de Especialista em História da África e Cultura Afro-brasileira, pelo Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Docência na Educação Básica, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientadora: Liliane dos Santos Jorge
Co-orientadora: Miriam L. S. Jorge

Aprovado em 11 de dezembro de 2010.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Liliane dos Santos Jorge – Faculdade de Educação da UFMG

Co-orientadora: Miriam Lúcia dos Santos Jorge – Faculdade de Educação da UFMG

Professora Convidada: Maria José Batista Pinto – Faculdade de Educação da UFMG

Aos meus filhos que com seu empreendimento e, muitas vezes, desprendimento,
coadjuvaram com minhas descobertas e aventuras pelo mundo do saber;
Aos meus familiares e amigos pelo apoio, força e torcida;
À minha amiga, Luci Lobato, por me ajudar a construir minha humanidade diferente
e melhor a cada dia;
Ao meu grande achado, Meire Moura, irmã de coração e de nome, por sua
dedicação e energia;
Ao professor, Erisvaldo Pereira dos Santos, pelo presente conceitual e pela
iluminação espiritual: eu sou de Oyá!
Às professoras orientadoras, em especial Liliane Jorge, por seu incentivo, cuidado e
esmero.

Axé para todos nós!

Do lado do cipreste branco, à esquerda da entrada do inferno
Está a fonte do esquecimento: vou mais além, não bebo dessa água.
Chego ao lago da memória, que tem água pura e fresca
E digo aos guardiões da entrada: "Sou filho da Terra e do Céu!
Dai-me de beber, que tenho uma sede sem fim...
Olhe nos meus olhos, sou o homem-tocha
Me tira essa vergonha, me liberta dessa culpa
Me arranca esse ódio, me livra desse medo.
Olhe nos meus olhos, sou o homem-tocha
E esta é uma canção de amor..."

Legião Urbana

RESUMO

Este trabalho consiste na sistematização de um Plano de Ação Pedagógica, desenvolvido no ano de 2010, na educação de jovens e adultos, Projeto EJA-BH, em uma turma de estudantes de 14 a 88 anos, atendida na União Dos Paraplégicos de Belo Horizonte (UNIPABE).

Seu tema central foi identificar a presença de elementos de religiosidade de matriz africana em sujeitos do Projeto EJA/BH e teve como principais objetivos incorporar, em sua identidade, a africanidade como valor, como resistência histórica e cultural, além de contribuir para a implementação da Lei 10.639/2003 e formar juízos ponderados para o combate à intolerância religiosa.

Estruturado em três partes traz, na introdução, uma descrição do contexto em que o Plano de Ação Pedagógica foi desenvolvido, onde é apresentada a temática escolhida e sua justificativa teórica, bem como seus objetivos gerais e específicos. Ainda na primeira parte, em sua justificativa, é feita a discussão teórica acerca da omissão da escola em seu papel de promover o debate religioso em função da sua suposta “laicidade” e do seu dever, previsto em diversas legislações, de fazê-lo para a promoção da liberdade de manifestação religiosa e a paz entre as religiões.

Na segunda parte são descritas as ações desenvolvidas, destacando atividades de resgate de memória, problematização da intolerância religiosa e estudo sobre as principais religiões brasileiras de matriz africana, bem como o sincretismo da sua constituição e a força de sua presença na nossa cultura.

Finalmente, na terceira parte, foi apresentada uma avaliação do trabalho feito ressaltando as impressões, sentimentos expressos, elaborações e reelaborações conceituais produzidas pelos estudantes e também pela professora, além da conclusão de que a dificuldade em trabalhar com a temática da religiosidade pesa mais para a instituição escolar que para os estudantes, que se mostraram abertos, sensíveis e maduros, tanto emocional como cognitivamente.

Palavras-chave: Educação de jovens e adultos; Religiosidade africana; Liberdade religiosa; Intolerância religiosa.

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO	08
1.1- Caracterização do contexto e do público escolar.....	08
1.1.1- Uma breve caracterização do Projeto EJA/BH.....	08
1.1.2- A Proposta Pedagógica do Projeto EJA/BH.....	09
1.1.3- O público atendido.....	11
1.1.4- A turma escolhida para o desenvolvimento do Plano de Ação Pedagógica.....	11
2 - TEMÁTICA ESCOLHIDA E JUSTIFICATIVA.....	14
3 – OBJETIVOS	18
3.1 - Objetivos Gerais	18
3.2 - Objetivos Específicos.....	19
4. METODOLOGIA E DESENVOLVIMENTO.....	20
4.1 - Da metodologia.....	20
4.2 – Do desenvolvimento das ações pedagógicas.....	22
5- AVALIAÇÃO	30
6. REFERÊNCIAS	33
7. ANEXOS.....	35

1 - INTRODUÇÃO

1.1- Caracterização do contexto e do público escolar

1.1.1 - Um breve histórico do Projeto EJA/BH

O projeto EJA/BH, nasce da alta demanda de alfabetização de mães e pais que, em 1997, recebiam o benefício do bolsa-escola e não sabiam sequer assinar o nome ou afirmavam ter cursado até a 4ª série incompleta,.

A perspectiva do atendimento dessa demanda, a Secretaria Municipal de Educação– SMED- propõe uma ação de garantia do direito dessas pessoas à educação, o que originou o Projeto de Educação de Jovens e Adultos do Programa Bolsa Escola Municipal de Belo Horizonte.

Para além das mães do Programa Bolsa-escola, o atendimento foi estendido a outras pessoas das comunidades, e funcionava nas escolas e nos locais e horários mais variados, de acordo com a necessidade dos estudantes (agências bancárias, parques municipais, shoppings populares, mercados, Centro de Referência de Saúde Mental (CERSAM), Hospital Dia, postos de saúde e asilos, bem como onde grupos populares já se reuniam (Associações Comunitárias, igrejas, centros comunitários, etc).

Devido a essa ampliação e a necessidade de garantir a vida escolar e certificação do Ensino Fundamental aos estudantes, em 2005, as turmas do projeto foram vinculadas às escolas da Rede Municipal de Ensino, mas o funcionamento das mesmas foi mantido nos locais de origem. A coordenação do projeto passou do Programa Bolsa Escola Municipal para o NEJA-EM (Núcleo Educação de Jovens e Adultos nas Escolas Municipais) com a denominação EJA-BH.

Desse modo, atualmente, o Projeto EJA-BH propõe um modelo educacional mais flexível para atender às especificidades de um público que dificilmente retorna à escola, mesmo nos cursos noturnos na modalidade de EJA. Ele baseia-se na compreensão de que cabe aos sujeitos o seu papel de protagonistas na construção de sua cidadania, reivindicando e lutando por seus direitos, priorizando a construção da auto-imagem de pessoas capazes de aprender, conhecer e buscar conhecimentos, valores e atitudes que possibilitem e ampliem sua inserção em seu meio sociocultural.

1.1.2 - A Proposta Pedagógica do Projeto EJA/BH

O Projeto Político Pedagógico propõe a cultura como eixo norteador, concebendo que os indivíduos se constituem como sujeitos socioculturais a partir das interações com seu grupo social. O conceito de cultura é definido como o conjunto de significados partilhados por diferentes grupos de pessoas em consequência de suas relações com o mundo e entre si e os estudantes, como homens e mulheres de determinada classe, religião, raça e história de vida vivenciam diversos espaços formativos e constroem formas culturais de viver, ler, conceber, conhecer e dar sentido ao mundo.

As dimensões formadoras que compõem a proposta curricular são: Trabalho, Formação Cidadã, Linguagens, Diversidade nas Relações Sociais, Tempo e Memória, Espaço e Cidade, Expressões Artísticas e Corporeidade.

Consideramos que a constituição do povo brasileiro é marcada pela diversidade e pluralidade cultural. Isso significa que nos constituímos por coletivos sociais e culturais que vivenciam experiências múltiplas e variáveis e constroem histórias, formas de ser e estar no mundo e saberes específicos que devem ser reconhecidos e respeitados. A diversidade cultural de nossa sociedade (negros, mulheres, homossexuais, entre outros) questiona os padrões únicos de homem, mulher, política, religião e cultura que nos são impostos.

Ao enfocarmos a diversidade devemos considerar que as diferenças são construídas historicamente nas relações sociais e nas relações de poder. Nesse sentido, falar de diversidade não diz respeito somente ao reconhecimento da diferença, para além disso, significa analisar as relações entre grupos culturais e sociais, pois muitas vezes, a rotulação do outro como diferente serve a propósitos de dominação e negação de direitos.

Nesse sentido, é necessário reconhecer que, devido ao fato de a sociedade brasileira ter sido fundada sob a desigualdade social, racial, de gênero, crenças e de sexo, foram elaboradas representações sociais negativas desses coletivos, aos quais pertencem os sujeitos da Educação de Jovens e Adultos e tem por consequências o preconceito e a negação de direitos.

O tempo e a memória tornam-se importantes enquanto instrumentos

educativos no processo de formação dos estudantes do Projeto EJA-BH, visto que o tempo, tratado na sua indissociabilidade com a memória, reveste-se de valor singular para a construção do conhecimento histórico e para a compreensão da historicidade humana. Assim, o sujeito pode ter a compreensão dos processos de formação das diversas etapas que o levam a se reconhecer na sua subjetividade.

O educando, visto como sujeito de sua própria história, não está e nem vive um tempo linear, mas, sim, está envolto em várias temporalidades, que por muitas vezes se desencontram e outras tantas vezes se negam. É dessa forma que recuperar a memória deve ser componente da reconstrução de sua história, fazendo-o sentir-se parte integrante dela. A memória, então, passa a ser uma categoria que não se constitui um retorno ao passado, mas uma possibilidade de que o educando, ao retornar a ele, adquira novos olhares que o auxiliem a repensar o presente em que está inserido e planejar o seu futuro.

Esta dimensão é, portanto, fundamental na construção da identidade dos estudantes jovens e adultos do Projeto EJA-BH, uma vez que possibilita trabalhar a memória dos diferentes sujeitos no cotidiano.

Com relação ao currículo, o projeto EJA-BH propõe o rompimento com a lógica dos requisitos e com o trabalho educativo atrelado às disciplinas. Ele se organizará a partir da perspectiva do letramento e a leitura do mundo norteará esse trabalho, tendo como eixo norteador a cultura e desenvolvendo as práticas pedagógicas a partir das dimensões formadoras, utilizando, nesse trabalho, as áreas do conhecimento exigidas, levando-se, ainda, em consideração a possibilidade da oferta e as demandas expressas pelos estudantes. As disciplinas serão, portanto, instrumentos a serem utilizados para auxiliar os educadores e estudantes a observar o mundo, dotando-o de significado para o jovem e o adulto, fazendo com ele interaja e nele promovam intervenções.

São trabalhados, ao longo do processo educativo do educando, os conteúdos: Educação Ambiental, Direito do Consumidor, Educação Sexual, Utilidade da Doação de Sangue, Direito Constitucional, Cidadania e Direitos Humanos, Educação para o Trânsito, a História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, dentre os demais temas da atualidade e de interesse da formação dos estudantes.

1.1.3 - O público atendido

São atendidos aproximadamente 3000 estudantes, em 150 turmas, distribuídas nas nove regionais da cidade¹. Este público é constituído de trabalhadoras e trabalhadores, ativos ou aposentados, geralmente de baixa renda, negros e mestiços, em grande maioria mulheres. Uma outra marca dos estudantes do Projeto EJA-BH diz respeito às marcas da exclusão social, reveladas na baixa auto-estima, muitas vezes reforçada por um histórico de fracassos escolares e sociais, o que provoca nesses estudantes sentimentos de desvalorização e insegurança, o que compromete, muitas vezes, o enfrentamento aos novos desafios a que eles se propõem.

Uma das características marcantes dos estudantes do projeto EJA-BH é a diversidade de origens. São de várias cidades de Minas Gerais e, muitos, de outros estados. Grande parte deles procurou Belo Horizonte com o objetivo de melhoria de vida, buscando maiores chances no mercado de trabalho e condições de sobrevivência mais dignas.

Os educadores que desenvolvem o trabalho na EJA são oriundos da rede municipal de Belo Horizonte concursados como “Professor Municipal”, das mais diversas áreas, geralmente em regime de contrato (dobra) e algumas lotações. Educadores infantis não podem atuar no Projeto EJA/BH, mesmo se forem graduados ou habilitados.

A formação dos educadores se dá todas as sextas-feiras, juntamente com o grupo de profissionais da escola a que a turma se encontra vinculada.

1.1.4 A turma escolhida para o desenvolvimento do Plano de Ação Pedagógica

A turma atendida situa-se no bairro Jardim América, na instituição filantrópica UNIPABE (União dos Paraplégicos de Belo Horizonte) e pertence à Regional Oeste de Belo Horizonte.

A entidade parceira disponibiliza a infra-estrutura necessária: a sala e as

¹ A cidade de Belo Horizonte divide-se em nove Regionais Administrativas: Centro-sul, Leste, Norte, Nordeste, Noroeste, Oeste, Pampulha, Barreiro e Venda Nova.

dependências, serviços e aparelhagens comuns (banheiros, bebedouros, copa/cozinha, xerox, sala de informática, data show, telefone, lanche, etc)². Em contrapartida, a Prefeitura de Belo Horizonte disponibiliza a educadora, material escolar, material de apoio, carteiras, formação político pedagógica e uma educadora na função de coordenadora pedagógica.

O público em geral atendido pelo projeto mora nas proximidades ou trabalha no local onde funciona a turma. No meu caso, os estudantes freqüentam a entidade (UNIPABE) e são das regiões mais diversas de BH e da grande BH. Onze mulheres e homens entre 60 e 90 anos, duas pessoas com necessidades educativas especiais com menos de 30 anos, uma mulher com 36 anos e um adolescente de 14 anos em liberdade assistida³. É uma turma pedagogicamente heterogênea, com estudantes em diferentes situações de alfabetização (inicial, intermediário, final) e de certificação.

Seu ritmo de vida é extremamente autônomo e dinâmico. Moram longe, não faltam às aulas, deslocam-se pela cidade com facilidade. São tranquilos e pacientes (horas esperando em filas de postos de saúde, de atendimentos em instituições, etc.). Participam das atividades da UNIPABE (reuniões, atendimentos ao idoso, cursos oferecidos, divulgação, panfletagens e serviços internos, como voluntários). Sentem-se bem à vontade em receber doações, seja de roupas, alimentos, ajuda de custo, materiais escolares, entre outros.

Os objetivos pessoais que os levaram a iniciar/retomar os estudos são variados, mas condizentes aos já levantados para o público em geral da EJA: ler a Bíblia na igreja, aprender a assinar o nome e não mais usar o dedo carimbado, ser capaz de ir a uma agência bancária sozinho, usar o computador, continuar os estudos, socializar, descansar da vida doméstica, recuperar de doenças, prazer de estudar e, raramente, certificar-se.

A turma, em maioria, constituída de mulheres e idosos, demonstra em seu discurso, um forte apelo religioso, principalmente cristão e protestante (evangélico). Narram, com freqüência, curas milagrosas realizadas por Jesus, oram por doentes,

² Cabe ressaltar que me refiro exclusivamente ao local onde atuo, estando os demais turmas em situações totalmente diversas, inclusive em questões de infraestrutura e materialidade.

³ Trata-se de medida socio-educativa aplicada a adolescentes que cometeram algum ato infracional e que responderão ao processo em liberdade. Para maiores informações, consultar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/ Capítulo IV)

levam nomes anotados para as suas igrejas para os mais variados “propósitos”: manter casamentos, alcançar glórias, largar vícios, expulsar “demônios”, etc. Tratam-se muitas vezes por “irmão” e “irmã”. Há um estudante, dito católico, que se autodenomina “benzedor” e sente energias no ambiente.

Em conversas informais, demonstram espontaneamente um horror/temor por práticas, palavras, músicas, ritmos, modos de vestir e de se expressar da população jovem ou de pessoas que se dizem de outras religiões, que não as judaico-cristãs. Associam a estes ora a ausência de Deus, ora à predominância do Diabo. Estranhamente, ao formalizarem suas opiniões em debates ou escritos, têm algum pudor em se demonstrarem intolerantes. Este fato se deve, provavelmente, ao cordialismo do racismo brasileiro, que aparta em silêncio e invisibiliza as diferenças.

As trajetórias pessoais, em grande maioria, tem histórias de redenção e superação, como ter vencido uma doença praticamente incurável, ter conseguido sair da cadeira de rodas, ter largado vícios, sobreviver à violência que retirou-lhes entes queridos, ou vitórias atribuídas à sua fé ou à troca de sua religião. A “escola” representa para eles, ainda que com dificuldades concretas de saúde, memória e de estima, algo que ainda não fizeram ou mais um desafio na vida, porém como protagonistas conscientes, cidadãos de direito e sujeitos capazes de escolhas. Paradoxalmente, uma oportunidade dada por Deus para que eles se superem mais uma vez.

A recorrência do discurso religioso mais é comum entre estudantes mulheres, idosos e com trajetórias marcadas por dificuldades e tragédias, sendo as situações de sucesso consideradas como verdadeiros milagres.

2 - TEMÁTICA ESCOLHIDA E JUSTIFICATIVA

A religiosidade afro-brasileira, embora tenha uma trajetória de força e resistência, encontra barreiras importantes, objetivas e subjetivas. Mesmo com algum avanço em relação à leitura, interpretação, identidade e incorporação da cultura afro-brasileira, as leis, as instituições formadoras, as relações e os ideais indicam uma rejeição dos elementos religiosos de raízes africanas.

Diante disso, a temática abordada por este plano de Ação Pedagógica será a presença de elementos de religiosidade de matriz africana na educação de jovens e adultos, em sujeitos do Projeto EJA/BH.

Na rede municipal de ensino de Belo Horizonte, o Ensino Religioso foi suprimido do currículo escolar desde o final da década de 1980, defendendo a laicidade da escola pública. O Projeto da Escola Plural⁴, embora tenha abarcado a cultura como diretriz curricular, deixou de fora a religiosidade como manifestação cultural e como eixo organizador das camadas populares, que compõem em grande parte o público atendido pela escola pública, em particular pela EJA. Segundo Valla (2001):

A questão da religiosidade é um tema que permeia a vida cotidiana de uma grande parte das camadas populares, e neste sentido, dos alunos da escola pública. Se este fato não for reconhecido, é possível que muitos preconceitos tendam a ser perpetrados no interior da própria escola pública. Tanto os meios de comunicação como frequentemente os próprios livros utilizados nas escolas, quando mencionam a questão religiosa nas aulas de História ou Ciências Sociais, tendem a centrar sua atenção na Igreja Católica, frequentemente tratada como “A Igreja”- e nas igrejas protestantes conhecidas como históricas e as de orientação judaica. Com isso, ficam marginalizadas da discussão geral centenas de igrejas evangélicas, pentecostais, neopentecostais e as afro-brasileiras, como as de umbanda e candomblé (VALLA 2001, P.8)

Portanto, o lugar comum “religião não se discute” não garante a laicidade no contexto escolar, torna invisíveis as religiões judaico-cristãs e suas manifestações através dos ritos escolares (calendário cristão, escolas com nomes e imagens de

⁴ A Escola Plural constitui uma proposta político-pedagógica implementada na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte em 1995, instituindo diversas alterações na organização de tempos e espaços escolares. Uma das principais alterações preconizadas por esta proposta foi a substituição do regime seriado pelo sistema de ciclos, no Ensino Fundamental.

santos católicos, orações de proteção do dia, etc.), destaca e criminaliza as “outras” manifestações, estas sim, consideradas religiosas, portanto ilegais no interior das escolas.

O público jovem e adulto traz marcas significativas da religiosidade em sua trajetória de vida e trabalho. A ausência do Estado em suas obrigações básicas de prover moradia, educação, saúde, trabalho (entre tantas outras), faz com que as demandas populares sejam encaminhadas à Religião, uma instituição formadora de longo prazo, que explica, acolhe, resigna, perdoa e dá forças para prosseguir.

Qualquer pedagogia que tenha como pressuposto a escuta e o acolhimento do sujeito, bem como o consentimento da diferença como elemento cultural positivo, precisa identificar, discutir e afirmar as diferentes identidades nas relações sócio-educativas. A educação comprometida com os direitos humanos de promover o diálogo e a amizade entre os povos, culturas e religiões não pode se eximir de elaborar consentimento com a diversidade e a diferença: Conforme o artigo vinte e seis da Declaração Universal dos Direitos Humanos, inciso II: “A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz”. Este direito estará ameaçado se a valorização da diversidade religiosa não for ensinada e vivenciada na escola.

Por fim, o cumprimento e a implementação da Lei 10.639/2003 é tarefa conjunta do Estado, das instituições formadoras em geral, das escolas e de toda a sociedade.

Sabemos que a religiosidade africana está fortemente marcada em nossa cultura e que estas marcas, quando visíveis, são estigmatizadas, inferiorizadas, mitificadas ou demonizadas.

Sabemos ainda que a trajetória dos afro-brasileiros é também marcada por resistências, sincretismos e releituras, visando à adaptação e sobrevivência da própria cultura.

Santos (2009) apresenta a resistência do negro à escravidão como uma experiência que constitui “um duplo movimento de afirmação da luta dos antepassados contra a opressão e o sistema escravista e também de valorização do patrimônio cultural e histórico dos descendentes de africanos” e que:

as narrativas sobre a resistência permitem outra leitura sobre o protagonismo histórico de africanos e seus descendentes na história colonial e imperial do Brasil, tanto do ponto de vista político e cultural quanto do ponto de vista econômico.(SANTOS, 2009, p. 113)

A conversão ao catolicismo durante o processo de desenvolvimento do sistema escravista no Brasil, fosse de maneira compulsória, aceita ou por adesão, contribuiu para que a manifestação da religiosidade africana fosse reprimida. Mas, além de resistir em sua forma mais próxima aos cultos africanos, ela “reexistiu”, adaptando, mudando e transformando tanto a si como ao próprio catolicismo.

As marcas da reexistência como preservação de valores civilizatórios estão bastante presentes no campo da experiência religiosa, em que é possível identificar não apenas a presença de várias divindades africanas, às quais se tributam cultos, mas também um catolicismo africanizado, em que negros e negras fazem percutir suas caixas e dançam para Nossa Senhora do Rosário. (SANTOS, 2009, p. 122)

A religiosidade africana aparece, então, tanto como elemento resistente e como fator de resistência. Um fato de importância simbólica que comprova a força da religiosidade africana enquanto elemento étnico “duro” consiste no ritual imposto aos africanos capturados e escravizados que eram transportados nos navios tumbeiros para o outro lado do oceano: dar voltas em torno de uma árvore chamada “Árvore do Esquecimento”, para não levarem consigo suas memórias, suas crenças, sua cultura e esquecerem a dor e a humilhação sofrida. Os traficantes (europeus e africanos) temiam ainda que, lembrando-se do que passaram, os africanos escravizados se rebelassem fisicamente e lançassem maldições ou feitiços sobre seus algozes.

Neste lugar se encontrava a árvore do esquecimento. Os escravos homens deviam dar nove voltas em torno dela. As mulheres sete voltas. Depois disso supunha-se que os escravos perdiam a memória e esqueciam completamente seu passado, suas origens e sua identidade cultural, para se tornarem seres sem nenhuma vontade de reagir ou de se rebelar. Que aberração! Que contradição! Na história humana alguém jamais viu um nagô esquecer suas origens e sua identidade cultural, se ela está tão marcada em seu rosto e tão incrustada em seu coração? (Atlântico Negro – Na Rota dos Orixás, Direção: Renato Barbieri)

Assim, defender a idéia de reexistência significa dizer que os saberes e as crenças, a lógica e a visão de mundo, assim como a arte africana não foram perdidas no Atlântico e nem sofreram o efeitos da “Árvore do Esquecimento”, porque estão inscritos na memória ancestral e nos códigos corporais que cada um traz consigo. Ao contrário do que pretendiam os traficantes e os senhores de escravos, a religiosidade africana, ainda que quebrada em seu tronco, manteve sua raiz. As nações africanas, sublimaram-se de territórios a terreiros, em ritos diversos e sincréticos, reunindo povos e crenças diferentes. A tentativa de enfraquecimento dos valores religiosos, ora pelo confronto de suas divergências, ora por sua proibição, possibilitou relações complexas que produziram religiões com elementos de novidade, de recriação, de adaptação e, portanto, de reexistência.

É necessário identificar traços da religiosidade africana que reexistem na cultura dos sujeitos, buscando afirmações que possibilitem a construção e valorização da identidade negra dos jovens e adultos atendidos pela educação pública municipal. E ainda, explorar a idéia de que a religiosidade africana foi e ainda é elemento de resistência da população negra que, antes escravizada, atualmente é explorada e excluída.

Em que pese a força da religiosidade negra na ética do povo brasileiro, aí se encontra o seu maior campo de batalha: os séculos de educação missionária, o imaginário ocidental que demoniza e inferioriza o diferente e seu reforço silencioso através da educação escolar dita “laica”, colaboram para que não se estabeleça um campo de diálogos e intercâmbios que favoreçam o estreitamento positivo das relações entre as diferentes religiões, bem como, a auto-afirmação das identidades religiosas diversas.

Diante disso, observa-se o crescimento do fundamentalismo religioso e sua importância na promoção de guerras, genocídios, terrorismos e conflitos que vão desde a segregação até o assédio, humilhação e violência física dos praticantes de religiões consideradas “outras”.

No Brasil, embora sob proteção da Lei, não é seguro ou confortável, praticar as religiões de matriz africanas, uma vez que a pressão de grupos religiosos “adversários” e racismos institucionais inibem, ridicularizam e inferiorizam a cultura negra de modo geral, em especial a sua religiosidade, comprometendo a identidade, a afirmação, a prática e a manifestação religiosas garantidas a todos.

3 – OBJETIVOS

3.1 – Objetivos Gerais

A proposta do presente plano de ação tem o objetivo de entender como os elementos da religiosidade africana existem e se manifestam hoje, em sujeitos declaradamente adeptos a religiões judaico-cristãs e que, notadamente, repudiam os traços de africanidade na cultura dos negros e pobres, não se identificando com os mesmos.

Outro objetivo seria incorporar, na identidade dos estudantes de EJA, essa africanidade como valor, como resistência histórica e cultural, que enriquece e multiplica as possibilidades simbólicas do povo brasileiro, sem desqualificação de nenhuma matriz, contribuindo para elencar atributos que fortaleçam o orgulho e a estima de ser afro-brasileiro, protagonista e fazedor da história.

E por último, contribuir para a implementação da Lei 10.639/2003, para a formação de juízos ponderados e para o combate à intolerância religiosa, previstos tanto na Constituição Brasileira quanto na Declaração dos Direitos Humanos.

3.2 – Objetivos Específicos

O desenvolvimento das ações pedagógicas visa levar o aluno a:

- Identificar as diversas formas de manifestação religiosa presente em sua trajetória de vida;
- Relembrar ditos e conselhos dados pelos mais velhos, usados na educação religiosa familiar;
- Conhecer as matrizes étnico-raciais que compõem o povo brasileiro, bem como seus fundamentos religiosos;
- Entender o processo de colonização do território brasileiro, bem como o processo de deculturação, escravização, luta e resistência dos africanos no Brasil;

- Identificar, discutir e refletir sobre o preconceito, discriminação racial e intolerância religiosa como elementos de um racismo sistematicamente construído em nossa sociedade;
- Construir argumentos que debatam e repudiem todo ato preconceituoso, discriminatório, intolerante e racista nas relações interpessoais;
- laborar juízos ponderados sobre a diversidade e a diferença, bem como identificar o fundamentalismo causador de conflitos, guerras e genocídios no mundo inteiro;
- Entender a laicidade como liberdade de manifestação religiosa e não como sua proibição;
- Construir e afirmar identidades positivas em relação à cultura e religiosidade negra e afro-descendente;

4 – METODOLOGIA E DESENVOLVIMENTO

4.1 – Da metodologia

A opção metodológica adotada no presente trabalho foi o estabelecimento de diálogo direto com os estudantes, remetendo ao imaginário social, refletindo sobre o senso comum e buscando, em suas memórias, elementos que ilustrassem e explicassem os sentimentos, as idéias e as opiniões que os mesmos acumularam em toda a sua formação, moral e ética, em torno da questão da religiosidade de matriz africana.

Em contrapartida, foram oferecidos textos históricos e literários de suporte escrito e audiovisual, bem como algumas legislações que provocassem questões e possibilitassem os debates. A intenção era que tais debates permitissem aos alunos que elaborassem e reelaborassem os conceitos e idéias pré-concebidas.

A Educação de Jovens e Adultos, herdeira da Educação Popular, sempre teve, na reelaboração do saber do próprio sujeito e na sua extrapolação, o princípio de que existe uma autoridade de conhecimento que o sujeito produz na relação consigo mesmo e com o outro, com sua história, com suas contradições, bem como na relação que estabelece com os elementos de confronto que são colocados à sua disposição para a reelaboração destes conceitos.

O presente Plano de Ação Pedagógica foi desenvolvido ao longo do ano de 2010 e intensificado em 6 aulas que privilegiaram a observação, a coleta e análise de falas, impressões, incômodos e elaborações manifestadas pelos estudantes quando convocados ao debate acerca da diversidade religiosa.

Em função de liberação para cumprimento de mandato eletivo no Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Municipal de Belo Horizonte (SindREDE-BH), desde maio de 2010, esta subscritora está afastada da regência desta turma, o que não impediu a proposição e a realização das atividades, com livre trânsito pela turma e com o devido acompanhamento da professora regente, a quem são devidos sinceros agradecimentos.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES REALIZADAS

DATA	AULA/ TEMA	ATIVIDADES REALIZADAS	RECURSOS
25/10/2010	Evocando sentimentos e memórias	Evocação, pela memória sobre as idéias, sentimentos e sensações a cerca das religiões de matriz africana.	Oralidade: uso de palavras que remetem às religiões de matriz africana.
26/10/2010	O que dizem as Leis?	Leitura de legislações que versam acerca da liberdade religiosa e criminalizam o racismo em suas manifestações de discriminação e intolerância religiosa.	Textos escritos e oralidade.
27/10/2010	O congado	Leitura de texto explicativo sobre a origem e o funcionamento do congado no Brasil; Apreciação de vídeos sobre o congado e o candombe; Debate	Texto escrito, vídeos e oralidade.
28/10/2010	A Umbanda	Leitura de texto explicativo sobre a origem e o funcionamento da umbanda no Brasil; Apreciação de slides mostrando o diálogo entre a umbanda e o cristianismo; Debate	Texto escrito, slides e oralidade.
02/11/2010	O Candomblé	Leitura de texto explicativo sobre a origem e o funcionamento do candomblé no Brasil; Apreciação de vídeo mostrando o candomblé como religião de resistência; Debate	Texto escrito, vídeo e oralidade.
03/11/2010	Minhas contas	Leitura de livro de literatura infantil que problematiza a intolerância e promove um diálogo entre as religiões; Debate.	Livro de literatura infantil e oralidade.

A pesquisa dos materiais didáticos se deu com relativa facilidade, em grande parte pela internet, sendo encontrado um volume muito grande de opções, o que configurou-se em um problema quanto a seleção dos mesmos: quais os materiais seriam os mais corretos e adequados para serem trabalhados com o público em questão?

Contribuíram na seleção do material tanto as professoras orientadoras do trabalho quanto o professor Erisvaldo Pereira dos Santos que, além de presentear com os conceitos fundamentais para esta pesquisa, ofereceu referência para consulta e suporte teórico para o desenvolvimento das atividades. Além destes,

duas pessoas praticantes de religiões de matrizes africanas contribuíram, com autoridade de praticantes, sobre a veracidade ou qualidade dos materiais, principalmente dos audiovisuais.

Por último, o livro de literatura infantil escolhido faz parte do Kit de literatura da Educação Infantil da Prefeitura de Belo Horizonte, que foi distribuído juntamente com o material escolar no ano de 2010. A escolha deste livro se justificou pela linguagem direta, poética e pelo conteúdo de apelo ao respeito pela diversidade religiosa. Além de uma estética africana cuidadosa que vai desde a escrita do texto à sua bela ilustração.

4.2 – Do desenvolvimento das ações pedagógicas

A Aula 01 foi iniciada com a apresentação da proposta de trabalho, bem como sua relevância e justificativa. Em uma conversa informal e de caráter provocativo foram lançadas, aleatoriamente palavras como candomblé, umbanda, orixás, macumba, terreiro, oferenda, axé, etc.

Os alunos foram convocados a dizer a que sentimentos, sensações e idéias eram remetidos ao ouvirem estas palavras. Suas expressões faciais variavam entre confusas, constrangidas, estupefadas, por vezes irônicas e algumas tranquilas. Muitos fizeram o sinal da cruz. Os sentimentos, sensações e idéias expressos foram: macumbaria, feitiçaria; mal; maldade; inveja; “fazer o mal”; “olho gordo”; encruzilhada; “pegar espírito”; medo; “bobagem, isso não existe”; “Deus é mais”; “Nem todos é do demônio”; “tem uns que é do bem, tem uns que é do mal”;

Foram privilegiadas para a exploração as idéias “medo”, “do mal”, “do bem”, “de Deus”, “do demônio”. Foram feitas as seguintes provocações: De que têm medo? Existe alguma fala de alguém, algum fato, alguma lembrança que concretize este medo? O que é o bem? O que é o mal? O que é de Deus e o que é do demônio? Tais provocações geraram elaborações tais como: “Por causa da inveja e do olho gordo, tem gente que faz ruindade pra gente”; “Eu num gosto dessas coisas porque quando a gente mexe com isso é perigoso”; “minha mãe não deixava eu passar perto do centro que tinha perto da minha casa, mas eu era doida pra saber como era”; “quando eu via aquelas pipoca, farofa e pinga, dava vontade de pegar a

pinga, mas minha mãe falava que fazia mal”; “é bonito as músicas, as danças, pena que pega espírito”; “se quando a gente quer tirar um mal que fizeram pra nós tem que ir lá tirar, então tem uns que faz o bem pra nós”; “meu pai era da umbanda e com toda ruindade dele, foi ele que me salvou do que fizeram pra mim”. “minha mãe toda vida mexeu com essas coisas e, no entanto ela me criou bem e eu hoje acredito na palavra”; “não pode ter medo, só quem num tem Deus no coração é que tem medo dessas coisas”; “tanto tem Deus pra dar como o diabo pra carregar”; “Eu já fui e não aconteceu nada comigo”; “Lá também eles acreditam em Deus, é tudo misturado, tem até santo igual nós”; “Santo é idolatria”; “Conheço muita gente que vão nas igrejas tudo e faz o bem pras pessoas”; “Só existe uma verdade e é a da palavra da Bíblia”.

É notório o conflito e a contradição a respeito do tema. Todos já tiveram experiências, inclusive familiares, que deixaram na memória, por vezes no corpo, marcas do paradoxo “bem e mal”, “Deus e diabo”. Foi uma tarefa dos Jesuítas e da Igreja Católica ao longo dos séculos (e, mais atualmente, das religiões neopetencostais e de cunho protestante), consolidar o discurso da salvação das almas que, se não guiadas para a verdade do bem de Deus, enveredariam-se nas mentiras do mal do diabo. As instituições escolares, herdeiras do cristianismo, também tiveram sua contribuição maciça, ora oferecendo educação confessional, ora se escondendo sob o discurso da laicidade do Estado. Ambas, Religião e Educação colocaram-se a serviço de salvar ora as almas, ora os corpos e, por fim, as mentes dos fiéis ainda sem luz.

Há ainda o fato que, para poderem praticar seus cultos religiosos e muitas vezes evitarem castigos ou conseguirem benefícios, os negros escravizados lançavam mão de ameaças de pragas, feitiços e trabalhos contra aqueles que os açoitavam e os faziam sofrer. O terror/temor que os senhores de escravos tinham daquela maneira diferente de existir, de saber e de fazer dos negros escravizados, aliados à mitificação intencional dos mesmos, criaram um imaginário de medo e distância destas manifestações religiosas, elaborado e reelaborado pelos tempos e espaços até os dias de hoje.

Por outro lado, tanto a propensão miscigenadora histórica dos colonizadores portugueses e senhores de escravos, quanto à capacidade de resistir, adaptar e reexistir dos negros propiciaram um sincretismo que traz, em seu arcabouço, toda a

sorte de conformações e conflitos, complexidades e novas formas de pertencimento às matrizes fundantes da nossa cultura religiosa, que cristianizou as religiões africanas e africanizou o cristianismo, produzindo religiões tipicamente brasileiras.

A Aula 02 teve como tema as leis que garantem liberdade de expressão religiosa, a criminalização da intolerância e a promoção da paz entre as religiões⁵, bem como a Lei 10.639/2003, que estabelece diretrizes para o ensino da História da África e Cultura Afrobrasileira e que prevê, na reeducação das relações étnico-raciais para a promoção de ações afirmativas, a produção de conhecimento, identificação, pertencimento e valorização da cultura africana enquanto fundante da cultura brasileira.

Foram feitas questões acerca da necessidade de leis para garantir a liberdade religiosa e para criminalizar a intolerância. Os estudantes relataram que já testemunharam agressões feitas a pessoas praticantes de cultos religiosos não cristãos e que já se sentiram agredidos por seguidores de igrejas cristãs concorrentes (católicos e evangélicos). Lembraram do episódio de um líder religioso que chutou a imagem de Nossa Senhora Aparecida (um dos alunos citou um incidente ocorrido na sala de aula quando levou uma imagem de Nossa Senhora Aparecida e foi duramente criticado por uma colega que “se diz” evangélica).

Os debates se deram em torno da temática da religiosidade, enquanto condição humana, e da religião enquanto produção cultural de um povo ou de grupos sociais. A religiosidade é a necessidade de explicar e entender o mundo, relacionar-se consigo e com o outro de forma solidária e pacífica e de aceitar o que não é inteligível, de suportar o que parece injusto e de buscar forças para a superação de limites. Já a religião é uma instituição social concreta, que legisla sobre os valores, interpreta e doutrina as possibilidades elaboradas pela religiosidade. Algumas questões foram formuladas: “é possível ser religioso sem ter religião?”; “Existe mais de um Deus?”; “Se Deus é um só, para que tantas religiões diferentes?”; “Todas as religiões são de Deus”; “Às vezes temos vontade de falar

⁵ BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988. Brasília: Câmara dos Deputados, 2000.

BRASIL. *Lei 10.639*, de 9 de janeiro de 2003. DOU, Brasília, 10 jan. 2003

BRASIL. Ministério da Educação. *Resolução n. 1, de 17 de junho de 2004*. Brasília: MEC, 2004.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, Assembléia Geral das Nações Unidas, 10 de dezembro de 1948. (Vide anexo 01, p. 35)

alguma coisa boa sobre as outras religiões, mas não sabemos o que dizer”; “A gente só conhece a nossa religião por isso achamos que é a melhor”; “As pessoas tem direito de acreditar no que elas quiserem, Deus não vai punir elas por isso”;

Diante de tais elaborações é possível perceber um deslocamento das posições iniciais, com hipóteses mais relativizadas, com exercícios de distanciamento do objeto numa tentativa, ainda tímida, de desabsolutização de “uma” verdade religiosa, apreendida durante toda a vida.

A partir da Aula 03 foram abordados temas relacionados às manifestações religiosas brasileiras de matriz africana: congado, umbanda e candomblé, sendo privilegiada a manifestação do congado. A opção de iniciar a discussão dessa temática pelo Congado, se deu em função de sua maior proximidade com o as bases religiosas cristãs, em especial com o catolicismo, seus ritos, seus santos e suas músicas.

Ao ser anunciado o tema da aula do dia, os alunos se colocaram, antes do início da explanação e da distribuição do texto: “eu já fui demais”; “esse, sim, é bonito”; “mas isso não é macumba não”; “é igual festa de igreja normal”; “tem coisa mais bonita que os congadeiros?”; sempre demonstrando uma familiaridade e simpatia por tal manifestação.

Depois de distribuído, lido e devidamente comentado o texto⁶, com participação importante dos estudantes que mostravam conhecer, mais que a professora, detalhes sobre o tema abordado, o próximo passo foi a apreciação de dois vídeos⁷ mostrando uma festa relativamente tradicional de Belo Horizonte: “O Festejo do Tambor Mineiro”. Um vídeo sem nenhuma fala, editado com as apresentações, principalmente dos congados (vários) e com as músicas cantadas, dançadas e tocadas por homens, mulheres e crianças de todas as idades. Uma festa com um público significativo, o que corroborou com a fala dos estudantes sobre a tranquilidade da convivência de tal manifestação com as demais

⁶ MUNANGA, K. ,GOMES, N.L., A produção cultural e artística dos negros no Brasil. In: Para entender o negro no Brasil hoje: história, realidades, problemas e caminhos – São Paulo: Global: Assessoria, Pesquisa e Informação, 2006. (Vide anexo 02, p. 40)

⁷ Candombe de Nossa Senhora do Rosário – Lagoa Santa – MG
http://www.youtube.com/watch?v=cQ1Zhy5mQE&feature=player_embedded
Festejo do Tambor Mineiro – Edição 2009
http://www.youtube.com/watch?v=MV-B_h6tC40&feature=player_embedded

manifestações religiosas. E um segundo vídeo documentário mostrando a organização de um tipo de congado chamado “candombe”. Neste vídeo, os cantadores explicam os instrumentos, as vozes, as composições e os fundamentos da festa religiosa e também se apresentam, tocando, cantando e dançando.

O encantamento com as vestimentas, com as vozes e com os ritmos é externado sem nenhum constrangimento, com entusiasmo e com muitos comentários empolgados. Não poderia ser diferente, pois o congado tem uma de suas expressões mais fortes do estado de Minas Gerais e seu diálogo com a matriz judaico-cristã, principalmente com a religião católica é o mais estreito dentre as demais religiões de matriz africana.

A umbanda foi a temática trabalhada na Aula 04. Ao ser anunciada, notou-se um pequeno desconforto e algumas considerações: “mas essa tem gente que faz mal”. Iniciou-se um debate sobre a possibilidade de se fazer o mal através da umbanda. Uma das alunas mostrou uma marca no pé que, segundo ela, foi resultado de um trabalho feito por outros “umbandistas” para que ela perdesse a vida. Segundo ela, quase perdeu a perna, mas seu pai, também umbandista, “com toda a ruindade dele” foi quem a salvou, desfazendo o “trabalho”. Esta estudante relatou ainda, que sua mãe também era umbandista, mas não mexia com trabalhos para o mal, por isso teve que se separar de seu pai e, buscando a palavra da bíblia, encontrou Jesus.

Outro aluno disse que quem fazia o mal era o ser humano, não Deus: “eu posso pedir pra Deus machucar e até matar alguém, mas Deus não vai ouvir, nem fazer o que eu pedir. E também não vai permitir”. “Mas o demônio vai”, disse outra estudante. Foi colocado pela professora que o demônio faz parte da narrativa cristã, não da africana. Os orixás têm defeitos e qualidades, cometem erros e tem características muito semelhantes aos seres humanos, por isso sua proximidade a eles. “Se uma pessoa católica ou crente quiser, ela também pode fazer mal aos outros, mas não é Deus que permitiu.”

Tentando elaborar a polêmica, foi lido um texto⁸ que explicava a origem e o diálogo de várias religiões que deram origem à umbanda e colocava, entre outras

⁸ MUNANGA, K. ,GOMES, N.L., *A produção cultural e artística dos negros no Brasil*. In: *Para entender o negro no Brasil hoje: história, realidades, problemas e caminhos* – São Paulo: Global: Assessoria, Pesquisa e Informação, 2006.(Vide anexo 03, p. 43)

coisas, o propósito de promover a paz entre as pessoas, colocando valores como a solidariedade e a caridade como metodologia desta religião.

Em seguida, foi feita uma apresentação de *slides*⁹ mostrando um diálogo entre Leonardo Boff, um teólogo renomado, e a umbanda, que ele chama de religião dos orixás. Neste vídeo, Boff traz um diálogo que trouxe a perspectiva da religião como uma saída evolutiva para uma sociedade complexificada. Trouxe as semelhanças com a matriz judaico cristã, reverenciou a origem ecológica e de celebração com a natureza como diferenciais positivos e ressaltou que a perseguição aos pobres e excluídos não era novidade: o cristianismo também foi perseguido sob as mesmas alegações.

A apresentação termina com uma biografia do autor que mostra sua vida de dedicação à religião católica, ao estudo religioso que, posteriormente se tornou militância religiosa. Sofrendo perseguições da própria Igreja Católica, foi punido e intensificou sua luta pela liberdade religiosa e pela consolidação dos Direitos Humanos.

Com o fim da apresentação, houve poucos comentários, porém extremamente significativos: “isso é muito importante, professora”; “isso é importante, mas é muito difícil pra minha mente”; “se uma pessoa que entende tanto e estudou tanto as coisas de Deus e defende as outras religiões, então é porque ele sabe o que diz”; “as religiões são diferentes, mas é a mesma coisa”; “isso é difícil demais pra mente da gente mas, por exemplo: eu tenho sete filhos. Nenhum é igual ao outro, cada um tem um nome diferente, um jeito diferente, uma voz diferente, um jeito de vestir, um cabelo, uns são homens, outros mulher. Mas todos veio de dentro de mim. É igual as religiões.”

O refinamento destas elaborações expressam bem o nível do incômodo e reorganização conceitual elaborado pelos estudantes. O fato de ser “importante” demonstra que o trabalho intelectual e de reavaliação conceitual foi aceito pelos estudantes e que é “difícil” porque mexe com concepções enraizadas não só durante toda a sua vida, mas em um discurso fortemente reforçado durante séculos por nossa sociedade.

⁹ O encanto dos orixás – Leonardo Boff - <http://www.youtube.com/watch?v=w8fVIMfFUNs>

O tema abordado na aula 05 foi o candomblé. O texto foi lido¹⁰ com tranquilidade e cuidado. Um vídeo¹¹ foi assistido, com narração de uma mãe de santo explicando e argumentando porque o candomblé era uma “religião de resistência” e contendo imagens de incorporação, danças e vestimentas usadas nos rituais. Mas as reações foram menos intensas que na aula 03, referente à umbanda: “isso não tem aqui em Minas não, só na Bahia”; “eles ficam pra lá, não incomodam a gente”; “eu já vi umas comidas e umas pipocas, tem até pinga. Os espíritos comem?”; “Eu já vi gente pegando espírito”, “baixando o santo”.

Foram listadas as principais características dos rituais. Depois dos rituais de incorporação em transe, o que mais impressionou foi o sacrifício de animais. Mas nota-se uma atitude mais investigativa e menos julgadora. Demonstraram querer entender o que significa cada passo, o porquê de tais rituais. Começaram a estabelecer relações entre os rituais de sua própria religião: oferecer o corpo como oferenda para conseguir uma graça (por exemplo, fazer jejum), ou para agradecer (pagar uma promessa). Acender velas, benzer águas, fazer rituais de sacrifício simbólico (no ofertório do ritual católico, o pão se transforma no corpo sacrificado de Cristo e o vinho em seu sangue derramado). O uso do corpo como expressão da fé foi citado em vários exemplos.

Sobre as incorporações, alguns poucos fizeram o sinal da cruz. Mas compararam, tanto com o batismo católico, quanto com o neopentecostal: “quando batiza, num entra o Espírito Santo dentro da gente?”. Compararam também às aparições de anjos e santos, às revelações divinas, entre outros.

Finalizando os trabalhos, na Aula 06, foi lido um livro de literatura infantil¹² que conta a história de um menino praticante de candomblé que foi impedido de brincar com seu melhor amigo por causa da sua prática religiosa. A sensação de revolta, indignação e por fim, de inferioridade e negação dos próprios valores foram levantadas como conseqüências do racismo e da intolerância religiosa. A proposta é

¹⁰ MUNANGA, K. ,GOMES, N.L., *A produção cultural e artística dos negros no Brasil*. In: *Para entender o negro no Brasil hoje: história, realidades, problemas e caminhos* – São Paulo: Global: Assessoria, Pesquisa e Informação, 2006. (Vide anexo 04, p.45)

¹¹ Candomblé Religião da Resistência
http://www.youtube.com/watch?v=BZE4zKyGXaE&feature=player_embedded

¹² ANTONIO, L. *Minhas contas*. São Paulo, Cosac Naify, 2008. 66 pp.

se colocar no lugar do outro e defender, não só a sua própria crença, mas o direito de todos de terem as suas e até de não tê-las. Uma mensagem de promoção de juízo ponderado, diálogo e paz entre as religiões que foi bem recebida pelos estudantes que, em seus discursos, consideraram importantes os aprendizados sobre a diferença e a diversidade e se sentiam menos “ignorantes” sobre as outras maneiras de acreditar em Deus.

6 – AVALIAÇÃO

Ao escolher a temática da religiosidade de matriz africana para a realização deste Plano de Ação Pedagógica, professores, colegas de trabalho, familiares e outros, me alertaram sobre a dificuldade e delicadeza de tal tema. Ao optar por desenvolver a ação pedagógica com jovens e adultos seu temor se potencializou: como provocar pessoas adultas, de formação religiosa sólida (por vezes rígida) e sem nenhum aparente interesse sobre o tema, uma vez que já se ocupavam das suas próprias tarefas e opções religiosas e demonstravam, ainda, certo receio em abordar as temáticas africanas e afro-brasileiras? Como efetivar tal empreendimento num espaço escolar dito “laico”? Como proceder para que evitar que os possíveis conflitos e/ou problemas causados pela diferença religiosa se tornassem ameaçadores ao ambiente presumidamente científico e neutro da sala de aula? E por fim, como lidar com uma temática polêmica, evitada pela maioria dos atores educacionais (estudantes e educadores), como se estivesse adormecida e se o esforço para mantê-la neste estado fosse maior que o empreendido para despertá-la?

Para tais questões foram esboçadas algumas respostas, provisórias, a partir do entendimento de que não é possível estabelecer qualquer relação com a cultura, identidade ou raiz africana sem passar pelo eixo da religiosidade, componente fundante de sua matriz étnica. Outro elemento que reforça este entendimento é perceber a religiosidade como eixo organizador das culturas populares e, portanto, indissociável da sua “leitura de mundo”, de seu saber, de sua estética e da sua maneira de atuar e intervir na realidade, principalmente em se tratando de jovens e adultos.

Entretanto, mesmo partindo dessas premissas, percebe-se um esvaziamento na proposição de debates acerca deste tema, seja por ausência de suporte acadêmico ou por sua pouca acessibilidade e/ou divulgação, seja por opção consciente das instituições escolares, não criando mais uma demanda conflituosa no interior, já tão conturbado, das escolas.

Este trabalho fez uma opção reversa: procurou levantar a demanda contida, intencionalmente, por uma força pseudo-neutralizadora revestida de pretensões

científicas. Propôs a abertura do espaço institucional para o diálogo entre as diferenças que, sem o devida acolhimento e mediação, reproduz as relações sociais desiguais, que excluem a cultura religiosa dos negros, criando uma super-exclusão e com isso, passando também a produzir as desigualdades, os preconceitos, as situações de favorecimento da discriminação e dos conflitos religiosos.

Não é aceitável que nossos estudantes e profissionais, negros e não-negros, praticantes ou não de religiões de matriz africana, continuem a dar voltas em torno de uma “Árvore do Esquecimento” institucional, que tem o dever de garantir direitos subjetivos, individuais e coletivos, como o da educação, da opção e da manifestação religiosa.

Felizmente, a dinâmica das relações humanas e a força de resistir e reexistir dos açoitados física, espiritual, mental, social e moralmente, impede o êxito de tal ritual do esquecimento, que se impõem, incessantemente. Imperativo também se faz, com a força reversa, a re-volta em todas as práticas rituais que tentam fazer esquecer, calar, conter, oprimir e reprimir os elementos étnicos duros da cultura africana, em especial a religiosidade.

A análise das falas e atitudes dos estudantes quando convocados ao debate sobre a diversidade religiosa não apenas superou, mas inverteu as expectativas com relação à existência e manifestação dos elementos da religiosidade de matriz africana inscrita nos corpos e nas memórias dos estudantes.

Superou porque, além das manifestações de medo, repúdio e intolerância, de certa forma já esperados, foram identificadas manifestações de familiaridade, de saber, de algum pertencimento e de identidade com a cultura que tanto contribuiu com a formação do que se configura hoje, como povo brasileiro.

Inverteu porque, ao contrário do que também de alguma forma se esperava, os conflitos e as reações de intolerância não se efetivaram como tal. A atitude respeitosa, curiosa, investigativa, solidária e acolhedora com o diferente demonstrou que, mais uma vez, existe no imaginário acadêmico uma subestima em relação às capacidades e aos saberes dos estudantes. A herdeira da Educação Popular mais uma vez dá seu recado: é necessário que o povo eduque o Estado. Fazendo um recorte proporcional, os profissionais da educação da rede municipal de Belo Horizonte são o Estado e, como tal, devem-se permitir ser educados pelo povo. Que

possam aprender com os jovens e adultos, negros e populares, explorados e oprimidos, discriminados e excluídos, como se faz o revés, a re-volta das tantas “Árvores do Esquecimento”, e bebam no lago das suas memórias e de seus ancestrais as estratégias de reexistir com dignidade e ética nesse mundo.

Uma última, porém não menos importante reflexão, aponta algumas questões, que não pretendem finalizar, mas talvez iniciar outras discussões: Como se identificam e qual o pertencimento étnico-racial dos professores de classes populares? Quais suas crenças, valores, medos, causas, limites e possibilidades enquanto militantes políticos e pedagógicos? Como tem se dado a reeducação das relações étnico-raciais entre os profissionais da educação? Em que medida essa reeducação tem interferido nas próprias relações interpessoais e educativas? Como fazer o revés da pseudo-laicidade da educação?

O debate religioso que privilegia a troca e o diálogo propicia uma relação consigo, com o outro e com o mundo de uma maneira menos perversa, menos injusta, menos desigual. Ao se educarem mutuamente, educadores e estudantes vão tornando-se uns em outros, vão coletivizando-se. Seguem marcando suas diferenças e ao mesmo tempo consentindo-as, numa relação de poder que reveza, circula e tende a ser menos assimétrica. O que é a religiosidade senão a busca do prazer e felicidade que a realidade material não alcança?

Os responsáveis pela educação têm o direito e o dever de mudar o mundo, transformando-o num lugar mais fraterno para si mesmos e para as gerações futuras. Que estes sejam apenas os primeiros passos de uma caminhada rumo as utopias não alcançadas pelas revoluções burguesas, mas que talvez nos aproximem das revoluções éticas: “Liberdade, Igualdade, Fraternidade”.

REFERÊNCIAS

ANTONIO, L. *Minhas contas*. São Paulo, Cosac Naify, 2008. 66 pp.

BRASIL. *Lei 7.716, Lei Caó*, de 5 de janeiro de 1989. DOU, Brasília, 06 de jan. 1989.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988. Brasília: Câmara dos Deputados, 2000.

BRASIL. *Lei 10.639*, de 9 de janeiro de 2003. DOU, Brasília, 10 jan. 2003

BRASIL. Ministério da Educação. *Resolução n. 1, de 17 de junho de 2004*. Brasília: MEC, 2004.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, Assembléia Geral das Nações Unidas, 10 de dezembro de 1948.

MUNANGA, K. ,GOMES, N.L., *A produção cultural e artística dos negros no Brasil*. In: *Para entender o negro no Brasil hoje: história, realidades, problemas e caminhos* – São Paulo: Global: Assessoria, Pesquisa e Informação, 2006.

OLIVEIRA, H. S., Educação de Jovens e Adultos e religiosidade: um estudo sobre as práticas religiosas católicas e pentecostais em espaços escolares. In: *Paidéia: revista do curso de pedagogia da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais*, Universidade Fumec. – Ano 6, nº 7 (jul/dez. 2009). Belo Horizonte: 2009.

SANTOS, Erisvaldo Pereira dos. *Reexistência negra e escravidão na educação das relações étnico-raciais*. In. DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas; GOMES, Maria de Fátima Cardoso. *Formação Continuada de Docentes da Educação Básica – construindo parcerias (LASEB)*. BH: Autêntica, 2009.

SANTOS, Erisvaldo Pereira. A educação das relações étnico-raciais e a intolerância contra as matrizes religiosas africanas no Brasil. In: DALBEN, Angela et al (orgs) *Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente*. Belo Horizonte, Autêntica, 2010

VALLA, V.V. *Religião e cultura popular*. Rio de Janeiro: D&P, 2001.

VÍDEOS

Atlântico Negro – Na Rota dos Orixás
Direção: Renato Barbieri
Roteiro: Victor Leonardi e Renato Barbieri
Filme documentário, 35MM – 54min – 1998

Candombe de Nossa Senhora do Rosário – Lagoa Santa – MG
http://www.youtube.com/watch?v=cQ1Zhy5mQEk&feature=player_embedded

Candomblé Religião da Resistência

http://www.youtube.com/watch?v=BZE4zKyGXaE&feature=player_embedded

Festejo do Tambor Mineiro – Edição 2009

http://www.youtube.com/watch?v=MV-B_h6tC40&feature=player_embedded

O encanto dos orixás – Leonardo Boff

<http://www.youtube.com/watch?v=w8fVIMfFUNs>

ANEXO 01

PROJETO DE AÇÃO PEDAGÓGICA DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM
HISTÓRIA DA ÁFRICA E CULTURA AFRO BRASILEIRA – FAE – UFMG – LASEB –
AULA 02 – 26/10/2010
MÔNICA MAINARTE DE MOURA

A RELIGIOSIDADE AFROBRASILEIRA ENQUANTO RESISTÊNCIA CULTURAL

AO LONGO DA HISTÓRIA DO BRASIL, HOMENS E MULHERES NEGRAS SEMPRE LUTARAM E RESISTIRAM BRAVAMENTE A TODA A FORMA DE OPRESSÃO E DISCRIMINAÇÃO. ALÉM DA RESISTÊNCIA POLÍTICA, A RESISTÊNCIA CULTURAL TEM SIDO UMA DAS MAIS FORTES FORMAS DE SOBREVIVER À OPRESSÃO ESCRAVISTA E À EXPLORAÇÃO ATUAL.

ESTA RESISTÊNCIA ESTÁ PRESENTE NO COTIDIANO BRASILEIRO SOB FORMA DA RELIGIOSIDADE, DAS ARTES, DA MÚSICA, DANÇA, CULINÁRIA, ESCULTURA, SOB FORMAS DE GESTOS, ESTILOS DE VIDA, ENTRE OUTROS ASPECTOS.

EMBORA EXISTAM LEIS QUE ASSEGUREM O DIREITO DE LIBERDADE RELIGIOSA E SUAS MANIFESTAÇÕES, SÃO ATRIBUÍDAS ÀS RELIGIÕES BRASILEIRAS DE MATRIZ AFRICANA CARACTERÍSTICAS QUE AS DESQUALIFICAM COMO INSTITUIÇÕES CULTURAIS ORGANIZADORAS DAS COMUNIDADES E PROMOVEDORAS DE VALORES FRATERNOS, FAMILIARES E DE CULTURA DE PAZ. APESAR DE TODO AVANÇO NO DEBATE, AS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANAS SÃO NEGADAS, DISCRIMINADAS E SILENCIADAS NOS DIVERSOS ESPAÇOS FORMADORES, POLÍTICOS, SOCIAIS E CULTURAIS.

A EDUCAÇÃO É IMPORTANTE NA CONSTRUÇÃO DE UMA FORÇA POLÍTICA E DE ORGANIZAÇÃO CONTRA O PRECONCEITO, PRINCIPALMENTE, CONTRA A RELIGIOSIDADE DE MATRIZ AFRICANA, QUE SOFRE MUITA DISCRIMINAÇÃO PELA SOCIEDADE. A LEI 10.639 INCLUI A NECESSIDADE DO DEBATE RELIGIOSO POR ENTENDER QUE A SUA NEGAÇÃO EXCLUI GRANDE PARTE DA POPULAÇÃO NEGRA, POIS NÃO HÁ COMO SE FALAR NA HISTÓRIA E

CULTURA DO NEGRO SEM PERPASSAR PELA RELIGIÃO AFRO, POIS ESSA É A MAIOR FORÇA DE RESISTÊNCIA ÉTNICA QUE TEM EXISTIDO PARA OS NEGROS, AO MESMO TEMPO É TAMBÉM A MAIOR CAUSA DE DISCRIMINAÇÃO.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

TÍTULO II

DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I

DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

ART. 5º TODOS SÃO IGUAIS PERANTE A LEI, SEM DISTINÇÃO DE QUALQUER NATUREZA, GARANTINDO-SE AOS BRASILEIROS E AOS ESTRANGEIROS RESIDENTES NO PAÍS A INVOLABILIDADE DO DIREITO À VIDA, À LIBERDADE, À IGUALDADE, À SEGURANÇA E À PROPRIEDADE, NOS TERMOS SEGUINTE:

I - HOMENS E MULHERES SÃO IGUAIS EM DIREITOS E OBRIGAÇÕES, NOS TERMOS DESTA CONSTITUIÇÃO;

VI - É INVOLÁVEL A LIBERDADE DE CONSCIÊNCIA E DE CRENÇA, SENDO ASSEGURADO O LIVRE EXERCÍCIO DOS CULTOS RELIGIOSOS E GARANTIDA, NA FORMA DA LEI, A PROTEÇÃO AOS LOCAIS DE CULTO E A SUAS LITURGIAS;

VIII - NINGUÉM SERÁ PRIVADO DE DIREITOS POR MOTIVO DE CRENÇA RELIGIOSA OU DE CONVICÇÃO FILOSÓFICA OU POLÍTICA, SALVO SE AS INVOCAR PARA EXIMIR-SE DE OBRIGAÇÃO LEGAL A TODOS IMPOSTA E RECUSAR-SE A CUMPRIR PRESTAÇÃO ALTERNATIVA, FIXADA EM LEI;

XLII - A PRÁTICA DO RACISMO CONSTITUI CRIME INAFIANÇÁVEL E IMPRESCRITÍVEL, SUJEITO À PENA DE RECLUSÃO, NOS TERMOS DA LEI;

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/CONSELHO PLENO/DF

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 17 DE JUNHO 2004*

**INSTITUI DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DAS
RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA
AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA.**

ART. 2º AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DAS
RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA
AFRO-BRASILEIRA E AFRICANAS CONSTITUEM- SE DE ORIENTAÇÕES,
PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS PARA O PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO, E TÊM POR META, PROMOVER A EDUCAÇÃO DE
CIDADÃOS ATUANTES E CONSCIENTES NO SEIO DA SOCIEDADE
MULTICULTURAL E PLURIÉTNICA DO BRASIL, BUSCANDO RELAÇÕES
ÉTNICO-SOCIAIS POSITIVAS, RUMO À CONSTRUÇÃO DE NAÇÃO
DEMOCRÁTICA.

§ 1º A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS TEM POR OBJETIVO A
DIVULGAÇÃO E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS, BEM COMO DE ATITUDES,
POSTURAS E VALORES QUE EDUQUEM CIDADÃOS QUANTO À PLURALIDADE
ÉTNICO-RACIAL, TORNANDO-OS CAPAZES DE INTERAGIR E DE NEGOCIAR
OBJETIVOS COMUNS QUE GARANTAM, A TODOS, RESPEITO AOS DIREITOS
LEGAIS E VALORIZAÇÃO DE IDENTIDADE, NA BUSCA DA CONSOLIDAÇÃO DA
DEMOCRACIA BRASILEIRA.

§ 2º O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA TEM
POR OBJETIVO O RECONHECIMENTO E VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE,
HISTÓRIA E CULTURA DOS AFRO-BRASILEIROS, BEM COMO A GARANTIA DE
RECONHECIMENTO E IGUALDADE DE VALORIZAÇÃO DAS RAÍZES
AFRICANAS DA NAÇÃO BRASILEIRA, AO LADO DAS INDÍGENAS, EUROPEIAS,
ASIÁTICAS.

ART. 6º OS ÓRGÃOS COLEGIADOS DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO,
EM SUAS FINALIDADES, RESPONSABILIDADES E TAREFAS, INCLUIRÃO O
PREVISTO O EXAME E ENCAMINHAMENTO DE SOLUÇÃO PARA SITUAÇÕES

DE DISCRIMINAÇÃO, BUSCANDO-SE CRIAR SITUAÇÕES EDUCATIVAS PARA O RECONHECIMENTO, VALORIZAÇÃO E RESPEITO DA DIVERSIDADE.

§ ÚNICO: OS CASOS QUE CARACTERIZEM RACISMO SERÃO TRATADOS COMO CRIMES IMPRESCRITÍVEIS E INAFIANÇÁVEIS, CONFORME PREVÊ O ART. 5º, XLII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU -, NA SUA CÉLEBRE DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, ASSIM DISPÔS:

"ARTIGO 18. TODO HOMEM TEM DIREITO À LIBERDADE DE PENSAMENTO, CONSCIÊNCIA E RELIGIÃO; ESTE DIREITO INCLUI A LIBERDADE DE MUDAR DE RELIGIÃO OU CRENÇA E A LIBERDADE DE MANIFESTAR ESSA RELIGIÃO OU CRENÇA PELO ENSINO, PELA PRÁTICA, PELO CULTO E PELA OBSERVÂNCIA ISOLADA OU COLETIVAMENTE, EM PÚBLICO OU EM PARTICULAR".

"ART. 1º. NINGUÉM SERÁ SUJEITO À COERÇÃO POR PARTE DE QUALQUER ESTADO, INSTITUIÇÃO, GRUPO DE PESSOAS OU PESSOAS QUE DEBILITEM SUA LIBERDADE DE RELIGIÃO OU CRENÇA DE SUA LIVRE ESCOLHA".

"ART. 6º. O DIREITO À LIBERDADE DE PENSAMENTO, CONSCIÊNCIA, RELIGIÃO OU CRENÇA INCLUIRÁ AS SEGUINTE LIBERDADES:

H) OBSERVAR DIA DE REPOUSO E CELEBRAR FERIADOS E CERIMÔNIAS DE ACORDO COM OS PRECEITOS DA SUA RELIGIÃO OU CRENÇA.".

LEI Nº 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989 – LEI CAÓ

DEFINE OS CRIMES RESULTANTES DE PRECONCEITO DE RAÇA OU DE COR.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FAÇO SABER QUE O CONGRESSO NACIONAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

ART. 1º SERÃO PUNIDOS, NA FORMA DESTA LEI OS CRIMES RESULTANTES DE DISCRIMINAÇÃO OU PRECONCEITO DE RAÇA, COR, ETNIA, RELIGIÃO OU PROCEDÊNCIA NACIONAL.” (NOVA REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 9.459, DE 13 DE MAIO DE 1997)

ART. 20. PRATICAR, INDUZIR OU INCITAR A DISCRIMINAÇÃO OU PRECONCEITO DE RAÇA, COR, ETNIA, RELIGIÃO OU PROCEDÊNCIA NACIONAL.

PENA: RECLUSÃO DE UM A TRÊS ANOS E MULTA.

REFERÊNCIAS DO ANEXO

BRASIL. *Lei 7.716, Lei Caó*, de 5 de janeiro de 1989. DOU, Brasília, 06 de jan. 1989.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988. Brasília: Câmara dos Deputados, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. *Resolução n. 1, de 17 de junho de 2004*. Brasília: MEC, 2004.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, Assembléia Geral das Nações Unidas, 10 de dezembro de 1948.

ANEXO 02

PROJETO DE AÇÃO PEDAGÓGICA DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM
HISTÓRIA DA ÁFRICA E CULTURA AFRO BRASILEIRA – FAE – UFMG – LASEB –
AULA 03 – 27/10/2010
MÔNICA MAINARTE DE MOURA

O CONGADO: UMA FORMA DE EXPRESSÃO DA CULTURA E RELIGIOSIDADE NEGRA

AS CONGADAS REPRESENTAM A COROAÇÃO DOS REIS DE CONGO, A LUTA ENTRE REINOS AFRICANOS OU BATALHAS ENTRE MOUROS E CRISTÃOS. ELAS ACONTECEM DESDE QUE OS PRIMEIROS AFRICANOS ESCRAVIZADOS AQUI CHEGARAM E FORAM ASSUMINDO, AO LONGO DA HISTÓRIA, DIFERENTES CARACTERÍSTICAS EM CADA LUGAR DO BRASIL. HÁ NESSE FESTEJO POPULAR UMA MISTURA DE ELEMENTOS DA TRADIÇÃO AFRICANA COM O CULTO AOS SANTOS CATÓLICOS PADROEIROS DOS ESCRAVOS, TAIS COMO SÃO BENEDITO, SANTA EFIGÊNIA E NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO. A FORTE PRESENÇA DAS CONGADAS COMO UMA FESTA DE TRADIÇÃO AFRICANA NO BRASIL PRINCIPALMENTE EM MINAS GERAIS, REVELA A FORÇA DA RESISTÊNCIA NEGRA EM NOSSA CULTURA.

SEGUNDO O MÚSICO E CONGADEIRO MINEIRO MAURÍCIO TIZUMBA, O CONGADO É CARACTERIZADO NAS DANÇAS E AUTOS POPULARES EM QUE HÁ DEVOÇÃO À NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO. EM MINAS GERAIS. AS FESTAS DE CONGADO TIVERAM INÍCIO COM CHICO REI NA ANTIGA CAPITAL DE VILA RICA, SENDO DENOMINADAS REINADO OU REISADO. A IRMANDADE DO ROSÁRIO DE OURO PRETO DATA DE 1711. O CONGADO É CATEGORIZADO COMO: CANDOMBE, MOÇAMBIQUE E O CONGO.

O SÍMBOLO DO CONGADO É UMA ESPADA A QUAL NÃO SE ATRIBUEM PODERES MIRACULOSOS. HÁ UM MITO QUE CONTA QUE MÃE MARIA ERA UMA NEGRA ESCRAVIZADA QUE ESTAVA PREPARANDO COMIDA PARA OS LAVRADORES ESCRAVOS, QUANDO VIU UMA SENHORA MUITO BONITA SENTADA SOBRA UM MURO. MÃE MARIA PERCEBEU QUE AQUELA SENHORA

LINDA QUE ESTAVA OLHANDO E SORRINDO PARA ELA ERA NOSSA SENHORA CORREU CONTAR AO SEU SENHOR. O SENHOR NÃO ACREDITOU NELA, DEU-LHE UMA SURRA E MANDOU QUE VOLTASSE A COZINHAR PARA OS ESCRAVOS. CHEIA DE MARCAS DA SURRA, LEVOU AOS ESCRAVOS O ALMOÇO E CONTOU-LHES A SUA HISTÓRIA. AO ESCUTAREM SUA HISTÓRIA DISSERAM: “É NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, UANTA MANGRA DE ROZANDARO”!! E COMEÇARAM A CANTAR NA ROÇA SUAS CANTIGAS, NESTE INSTANTE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO SAIU DO MAR, SATISFEITA, ACOMPANHADA POR NEGROS QUE, JUNTOS COM ELA, CAMINHAVAM SOBRE AS ÁGUAS E CHORAVAM DE ALEGRIA. DAS LÁGRIMAS QUE CHEGARAM AO CHÃO NASCEU UM RAMO CHAMADO **LÁGRIMAS DE NOSSA SENHORA** (HISTÓRIA ADAPTADA [HTTP://www.berimbrown.com.br/congado.php](http://www.berimbrown.com.br/congado.php))

DAS MUITAS VERSÕES EXISTENTES SOBRE O APARECIMENTO DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO NOS REINADOS, A MAIS RECORRENTE É A QUE CONTA QUE, NO TEMPO DA ESCRAVIDÃO, OS NEGROS ESCRAVOS VIRAM UMA IMAGEM DA SENHORA VAGANDO PELO MAR. OS BRANCOS A RESGATARAM E A LEVARAM PARA UMA CAPELA CONSTRUÍDA PELOS NEGROS, MAS ESTES NÃO PODIAM FREQUENTÁ-LA. APESAR DAS PRECES E DOS HINOS OFERECIDOS, A IMAGEM SEMPRE DESAPARECIA DO ALTAR E VOLTAVA PARA O MAR. APÓS VÁRIAS TENTATIVAS DE MANTÊ-LA NA CAPELA, OS BRANCOS PERMITIRAM QUE OS NEGROS FIZESSEM SUA OFERENDA À BEIRA DO MAR, COM SUAS VESTIMENTAS, BATENDO SEUS TAMBORES, CANTANDO E DANÇANDO.

OS TAMBORES USADOS NAS SOLENIDADES EVOCAM OS ANTEPASSADOS E FUNCIONAM COMO CORPOS INTERMEDIÁRIOS NO TRATO ENTRE OS VIVOS E OS MORTOS – EMBORA NÃO OCORRA INCORPORAÇÃO VISÍVEL. VESTEM CALÇAS E CAMISAS, GERALMENTE DE COR BRANCA, ORNAMENTADOS DE FITAS COLORIDAS E ESPELHOS. MOVIMENTAM-SE EM DUAS ALAS, NO MEIO DAS QUAIS POSTAM AS CAPITÃS (GUARDA FORMADA POR MULHERES) QUE ANUNCIAM A CHEGADA DOS FILHOS DO ROSÁRIO.

DURANTE AS CELEBRAÇÕES, O REI CONGO E A RAINHA CONGA SÃO AS MAJESTADES MAIS IMPORTANTES, E AS COROAS MAIS VENERADAS

SIMBOLIZAM AS NAÇÕES NEGRAS AFRICANAS. OS DEMAIS REIS E RAINHAS REPRESENTAM NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, SANTA EFIGÊNIA, SÃO BENEDITO E OUTROS SANTOS DA IGREJA CATÓLICA.

(Texto adaptado de: Munanga, K. *Para entender o negro no Brasil hoje: história, realidades, problemas e caminhos* / Kabenguele Munanga, Nilma Lino Gomes – São Paulo: Global: Assessoria, Pesquisa e Informação, 2006.)

ANEXO 03

PROJETO DE AÇÃO PEDAGÓGICA DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM
HISTÓRIA DA ÁFRICA E CULTURA AFRO BRASILEIRA – FAE – UFMG – LASEB –
AULA 04 – 28/10/2010
MÔNICA MAINARTE DE MOURA

UMBANDA

A ORGANIZAÇÃO DAS RELIGIÕES NEGRAS NO BRASIL DEU-SE NO CURSO DO SÉCULO XIX. UMA VEZ QUE AS ÚLTIMAS LEVAS DE AFRICANOS DEPORTADOS DURANTE O PERÍODO FINAL DA ESCRAVIDÃO FORAM FIXADAS, SOBRETUDO NAS CIDADES E EM OCUPAÇÕES URBANAS, OS AFRICANOS DESSE PERÍODO PUDEAM VIVER UM PROCESSO DE INTERAÇÃO QUE NÃO CONHECERAM ANTES. NAS CIDADES, ESTABELECIAM UM MAIOR CONTATO UNS COM OS OUTROS, COM MAIOR MOBILIDADE E, DE ALGUMA MANEIRA, COM CERTA LIBERDADE DE MOVIMENTO. ESTE FATO PROPICIOU CONDIÇÕES SOCIAIS FAVORÁVEIS PARA A SOBREVIVÊNCIA DE ALGUMAS PRÁTICAS RELIGIOSAS AFRICANAS, COM A FORMAÇÃO DE GRUPOS DE CULTO ORGANIZADOS.

ATÉ O FINAL DO SÉCULO XIX TAIS RELIGIÕES ESTAVAM CONSOLIDADAS, MAS CONTINUAVAM A SER RELIGIÕES ÉTNICAS DOS GRUPOS NEGROS DESCENDENTES DOS ESCRAVOS. NO INÍCIO DO SÉCULO XX, NO RIO DE JANEIRO, O CONTATO DO CANDOMBLÉ COM O ESPIRITISMO KARDECISTA TRAZIDO DA FRANÇA PROPICIOU O SURGIMENTO DE UMA OUTRA RELIGIÃO AFROBRASILEIRA: A UMBANDA, QUE TEM SIDO IDENTIFICADA COMO SENDO A RELIGIÃO BRASILEIRA, POR EXCELÊNCIA, POIS, NASCIDA NO BRASIL, ELA RESULTA DO ENCONTRO DE TRADIÇÕES AFRICANAS, INDÍGENAS, ESPÍRITAS E CATÓLICAS.

DESDE O INÍCIO, AS RELIGIÕES AFROBRASILEIRAS FORMARAM-SE, NA FUSÃO DE DIFERENTES ELEMENTOS CULTURAIS COM O CATOLICISMO, E EM GRAU MENOR, COM RELIGIÕES INDÍGENAS. A CARACTERÍSTICA POLITEÍSTA DO CULTO CATÓLICO, NUMA DIMENSÃO POPULAR, POSSIBILITOU A CONSTRUÇÃO DE RELAÇÕES ENTRE OS SANTOS E DEUSES

CULTUADOS PELOS AFRICANOS. COM A UMBANDA, ACRESCENTAM-SE À VERTENTE AFRICANA AS CONTRIBUIÇÕES DO ESPIRITISMO KARDECISTA FRANCÊS, ESPECIALMENTE A IDÉIA DE COMUNICAÇÃO COM ESPÍRITOS DOS MORTOS ATRAVÉS DO TRANSE, COM A FINALIDADE DE SE PRATICAR A CARIDADE ENTRE OS DOIS MUNDOS, NA CONSTRUÇÃO DE UMA PAZ ETERNA.

A PARTIR DE 1930, A UMBANDA ESPALHOU-SE POR TODAS AS REGIÕES DO PAÍS, SEM LIMITES DE CLASSE, RAÇA, COR, DE MODO QUE TODO PAÍS PASSOU A CONHECER, PELO MENOS DE NOME, DIVINDADES COMO IEMANJÁ, OGUM, OXALÁ, ETC.

AS ORIGENS AFROBRASILEIRAS DA UMBANDA REMONTAM AO CULTO ÀS ENTIDADES AFRICANAS, AOS CABOCLOS (ESPÍRITOS AMERÍNDIOS), AOS SANTOS DO CATOLICISMO POPULAR E POR FIM, ÀS OUTRAS ENTIDADES QUE A ESSE CONJUNTO FORAM SENDO ACRESCENTADAS PELA INFLUÊNCIA DO KARDECISMO.

(Texto adaptado de: Munanga, K. *Para entender o negro no Brasil hoje: história, realidades, problemas e caminhos* / Kabenguele Munanga, Nilma Lino Gomes – São Paulo: Global: Assessoria, Pesquisa e Informação, 2006.)

ANEXO 04

PROJETO DE AÇÃO PEDAGÓGICA DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM
HISTÓRIA DA ÁFRICA E CULTURA AFRO BRASILEIRA – FAE – UFMG – LASEB –
AULA 05 – 28/10/2010
MÔNICA MAINARTE DE MOURA

CANDOMBLÉ

O CANDOMBLÉ É UMA RELIGIÃO QUE AFIRMA O MUNDO, REORGANIZA SEUS VALORES E TAMBÉM REVESTE DE ESTIMA MUITA DAS COISAS QUE OUTRAS RELIGIÕES CONSIDERAM MÁIS: O DINHEIRO, OS PRAZERES (INCLUSIVE OS DA CARNE), O SUCESSO, A DOMINAÇÃO E O PODER. O INICADO NÃO TEM QUE INTERNALIZAR VALORES DIFERENTES DAQUELES DO MUNDO EM QUE VIVE. ELE APRENDE OS RITOS QUE TORNAM A VIDA NESTE MUNDO MAIS FÁCIL E SEGURA, PLENA DE POSSIBILIDADES, DE BEM-ESTAR E DE PRAZER. O SEGUIDOR DO CANDOMBLÉ PROPICIA OS DEUSES NA CONSTANTE PROCURA DO MELHOR EQUILÍBRIO POSSÍVEL (AINDA QUE TEMPORÁRIO) ENTRE AQUILO QUE ELE É E TEM E AQUILO QUE ELE GOSTARIA SE SER E TER.

PORQUE O CANDOMBLÉ NÃO DISTINGUE O BEM DO MAL DO MODO COMO APRENDEMOS COM O CRISTIANISMO, ELE TENDE A ATRAIR TAMBÉM TODA SORTE DE INDIVÍDUOS QUE TEM SIDO SOCIALMENTE MARCADOS E MAGINALIZADOS POR OUTRAS INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS E NÃO RELIGIOSAS. ISSO MOSTRA COMO O CANDOMBLÉ ACEITA O MUNDO DA RUA, DA PROSTITUIÇÃO, DOS QUE JÁ CRUZARAMAS PORTAS DA PRISÃO. O CSNDOMBLÉ NÃO DISCRIMINA O BANDIDO, A ADÚLTERA, O TRAVESTI E TODO TIPO DE REJEITADO SOCIAL. (...) O CANDOMBLÉ SE PREOCUPA SOBRETUDO COM OS ASPECTOS MUITO CONCRETOS DA VIDA: DOENÇA, DOR, DESEMPREGO, DESLEALDADE, FALTA DE DINHEIRO, COMIDA E ABRIGO – MAS SEMPRE TRATANDO DOS PROBLEMAS CASO A CASO, INDIVÍDUO A INDIVÍDUO, POIS NÃO SE TRABALHA AQUI COM A NOÇÃO DE INTERESSES COLETIVOS, MAS SEMPRE COM O A DE DESTINO INDIVIDUAL. O CANDOMBLÉ TAMBÉM PODE SER A RELIGIÃO OU A MAGIA DAQUELE QUE JÁ SE FARTOU DOS SENTIDOS DADOS PELA RAZÃO, CIÊNCIA OU TECNOLOGIA, E QUE DEIXOU DE ACREDITAR NO SENTIDO DE UM MUNDO TOTALMENTE

DESENCANTADO, QUE DEIXOU PARA TRÁS A MAGIA, EM NOME DA EFICÁCIA DO SECULAR PENSAMENTO MODERNO.

(Reginaldo, Prandi. As religiões negras no Brasil: para uma sociologia dos cultos afro-brasileiros. Revista USP. São Paulo, n. 28, p. 64-83, dez/fev, 1996.)

PROIBIÇÃO

NEM SEMPRE OS CULTOS AOS ORIXÁS PUDEAM ACONTECER LIVREMENTE EM NOSSO PAÍS. ANOS ATRÁS, ELES ERAM PROIBIDOS E PERSEGUIDOS PELA POLÍCIA. SEGUNDO ALGUNS MILITANTES DO MOVIMENTO NEGRO DE SALVADOR, FOI UMA MÃE-DE-SANTO CHAMADA DONA EUGÊNIA ANNA DOS SANTOS, MÃE ANINHA, QUE CONSEGUIU AUTORIZAÇÃO DO ENTÃO PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS PARA A REALIZAÇÃO LIVRE DESSA PRÁTICA RELIGIOSA. MESMO ASSIM, ATÉ UNS ANOS ATRÁS, OS TERREIROS DE CANDOMBLÉ ERAM AINDA VIGIADOS E MUITAS VEZES ERA PRECISO SOLICITAR UMA LICENÇA PARA REALIZAR CERIMÔNIAS PÚBLICAS. AINDA HOJE, VÁRIAS COMUNIDADES-TERREIROS ENFRENTAM PERSEGUIÇÕES DE VIZINHOS E PRATICANTES DE OUTROS CULTOS RELIGIOSOS. PODEMOS OBSERVAR, EM NOSSO DIA-A-DIA, COMO ESSAS MANIFESTAÇÕES DE PRECONCEITO RACIAL E RELIGIOSO RECAEM SOBRE OS CULTOS AFRO-BRASILEIROS.

É MUITO COMUM DENTRO DE UM BAIRRO OU DE UMA DETERMINADA COMUNIDADE ENCONTRAR GRUPOS QUE PRATICAM OUTRAS RELIGIÕES E QUE CHAMAM A POLÍCIA PARA INTERROMPER UMA CERIMÔNIA DE CANDOMBLÉ OU DE UMBANDA QUE ACONTECE DURANTE A NOITE OU MADRUGADA.

ESSE TIPO DE COMPORTAMENTO É UMA TRISTE REALIDADE DO NOSSO PAÍS QUE CHAMAMOS DE INTOLERÂNCIA RELIGIOSA. É IMPORTANTE REFLETIR SOBRE COMO TEMOS LIDADO COM AS PESSOAS QUE PARTICIPAM DE PRÁTICAS RELIGIOSAS DIFERENTES DA NOSSA. TEMOS CONTRIBUÍDO PARA O AUMENTO DA DISCRIMINAÇÃO E DA INTOLERÂNCIA RELIGIOSA OU TEMOS RESPEITADO AS DIFERENÇAS, ENTENDENDO QUE, NUMA DEMOCRACIA, AS PESSOAS TEM DIREITO DE

PROFESSAR SUA FÉ E PARTICIPAR DE DIFERENTES PRÁTICAS CULTURAIS E RELIGIOSAS? O LIVRE EXERCÍCIO DA FÉ É UM DIREITO E UMA CONQUISTA CIDADÃ.

(Texto adaptado de: Munanga, K. *Para entender o negro no Brasil hoje: história, realidades, problemas e caminhos* / Kabenguele Munanga, Nilma Lino Gomes – São Paulo: Global: Assessoria, Pesquisa e Informação, 2006.)